



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16011 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 06 - Educação Popular

INFÂNCIAS E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA CIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA INFANTIL

Tamara de Oliveira Silva - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

INFÂNCIAS E O DIREITO À CIDADE: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA CIDADE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA INFANTIL

Introdução

O presente artigo é resultante de uma dissertação apresentada em junho de 2024, e que teve por objetivo refletir sobre os impactos da cidade na construção da cidadania infantil, investigando componentes territoriais de processos educativos de crianças na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), mais especificamente na cidade de Maricá/RJ. Em diálogo com o título do trabalho, compreendemos a importância das crianças na cidade, seu protagonismo e importância de serem compreendidas como sujeitos de suas histórias, sobretudo sobre suas práticas espaciais na cidade (Lopes, 2013).

Metodologia da pesquisa

Do ponto de vista teórico-metodológico, o estudo teve como referência a Geografia das Infâncias (Lopes, 2008, 2013), bem como o conceito de educabilidade de Paulo Freire (1996), visando aprofundar a concepção de que o espaço geográfico integra um componente territorial e existencial fundamental na/da formação humana. Além disso, em diálogo com Freire (1986), entende-se que as leituras de mundo das crianças sobre a cidade na qual vivem e exercem suas práticas espaciais devem ser problematizadas nos seus processos de escolarização, sendo a escola pública um componente territorial fundamental para o aprofundamento do olhar sobre a cidade, compreendida nesta pesquisa como um “livro de espaços”, propiciando à experiência de “leitura de mundo”, conforme nos ensina Paulo Freire

(1986).

Discussão da pesquisa e articulação com os referenciais bibliográficos

Ainda, neste artigo, buscamos refletir sobre as restrições e possibilidades da educabilidade da cidade (Freire, 1996) de crianças de classes populares urbanas, matriculadas em uma escola pública de um bairro periférico de Maricá. Nessa perspectiva, a temática infância e cidade vêm sendo estudada em diálogo interseccional com os Estudos Sociais da Infância e o campo da Educação Popular (Tavares, 2019). Assim, refletir sobre o direito à cidade com as infâncias se deu principalmente, porque a maior parte das crianças de Maricá vivem em centro urbano, o que alude aos ensinamentos de Milton Santos, (1996), quando este afirma que a vida nas metrópoles densamente povoadas, nos remete a um conjunto de problemas associados às condições sociais de vida nos espaços urbanos, como acesso à água potável, habitação digna, educação, espaços de lazer, mobilidade etc.

A população urbana maricaense cresceu muito rapidamente no período da pandemia da Covid-19 (2020-2022). E esses dados podem ser comprovados a partir dos dados recentes do Censo do IBGE/2022, que revelam que a cidade teve crescimento de 54,8% e que ocupa a 9º colocação de um levantamento feito pela Empresa Brasil de Comunicações (EBC) das 20 cidades que mais cresceram no país. Por meio do último censo do IBGE/2022 foi possível constatar que a cidade de Maricá localizada no Leste Metropolitano apresenta uma população de 197.300 pessoas (Censo, 2022) e que a cidade tem uma densidade demográfica de 545,67 habitantes por km². Com o aumento demográfico que acreditamos que seja principalmente pela busca pela melhoria de vida, como as ações sociais que foram criadas pela gestão atual reeleita, com o uso dos *royalties* do petróleo.

Assim, o “direito à cidade” (Lefebvre, 2001; Tavares, 2019) nos levou a compreender na pesquisa, que as cidades não apresentam apenas fatores de restrição, mas territórios de potencialidade para acesso aos direitos das crianças. Para compreender a percepção da cidade de Maricá através das lentes infantis de crianças foram realizadas cerca de três (3) oficinas com crianças de uma escola pública na qual elas puderam discutir de forma coletiva a cidade, criar desenhos sobre a cidade, apresentando suas narrativas de como elas compreendiam a cidade, além de problematizar suas práticas espaciais na relação com o território citadino. Neste processo, destacamos a importância de escutá-las, compreendendo suas falas como uma potência e um *inédito viável* (Freire, 1979), pois do ponto de vista geracional, esperamos que elas possam viver mais tempo na cidade, se responsabilizando também pela sua transformação.

Com isso, nos aproximamos da proposta deste trabalho, que foi conhecer a cidade a partir da perspectiva infantil. Por esta razão, ouvir as vozes das crianças é um aspecto central para o conhecimento delas e das cidades (Lopes, 2008; 2018; Tavares, 2019). E de nos aproximamos do propósito de refletir e discutir o conceito de —conscientização que Freire

(1979) emprega nas suas discussões sobre a educação, pois é convencido de que a educação como uma prática da liberdade é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade.

Imergir na pesquisa com um grupo de crianças maricaenses permitiu-nos compreender as potencialidades do bairro e da cidade, bem como suas restrições. Foi notável a afetividade que as crianças demonstram pelo seu bairro e pela cidade; contudo, de forma crítica, elas reconhecem que a expansão urbana e as melhorias não se distribuem de maneira equânime por toda a cidade. Em suas narrativas, coletadas durante as oficinas, as crianças destacaram o crescimento urbano e as melhorias no bairro, mas também observaram a falta de uniformidade dessas melhorias em diferentes áreas.

Considerações finais

Enquanto professora e pesquisadora compromissada com a infância e o direito à cidade, venho insistindo em apostar em ações de diálogo e de parceria com esses sujeitos, crianças e suas famílias em seus territórios de vida, potencializando oportunidades de materialização de processos formativos indissociáveis a um projeto de cidade menos desigual, menos fragmentada, menos violenta e racista. Que possa acolher a multiplicidade de vidas territorialmente diferentes, com igualdade e justiça social (Tavares, 2019)

Compreender o espaço urbano como um espaço de aprendizagem para as crianças é também uma forma de acolher e cuidar das infâncias. Diante disso, é importante pensar sobre a possibilidade de uma outra concepção de cidade que possa ser vista como um espaço educativo e através da sua contextualização promover a cidadania em espaços que apresenta uma acentuada desigualdade social. Nesses *tempos ainda tão sombrios*, compreendemos que não basta ao Estado apenas promover e expandir as matrículas das crianças às escolas públicas. Torna-se fundamental garantir, produzir e inspirar políticas públicas que possam asseverar o acesso e os diferentes modos de uso das crianças e suas famílias ao território, tornando-o *território usado*, como nos ensina Milton Santos (1996), garantindo o seu direito à cidade, uma cidade mais inclusiva para todos e todas.

Palavras-chave: Infâncias. Direito à Cidade. Educabilidades.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo:

Paz e Terra, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Jader Janer Moreira. *Geografia e Educação Infantil: espaços e tempos desacostumados*. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira. *Geografia das crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias*. Contexto & Educação, Ijuí, Unijuí, ano 23, n. 79, p. 65-82, jan./jun. 2008.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. Pensando a Formação de professoras das infâncias a contrapelo: desafios Contemporâneos da Formação de docentes em periferias urbanas. In: MARTINS, D.A.A.; CARRIJ, M.C.B.; ROLIM, C.L.A. (Orgs.). *Singularidades e resistências na Formação de Professores: novos e velhos enfrentamentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.